



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA E COMBATE AO CRIME ORGANIZADO

REQUERIMENTO Nº _____, DE 2024

(Do Sr. Marcos Pollon)

Apresentação: 12/06/2024 11:53:46.587 - CSPCCO

REQ n.195/2024

Requer audiência pública para debater a restrição de acesso calibres de armas de fogo e munições para a população brasileira.

Senhor presidente:

Requeiro à V. Ex^a., com base no art. 117, inciso VIII, do Regimento Interno, audiência pública da Comissão de segurança Pública e Combate ao Crime Organizado para debater a restrição de acesso calibres de armas de fogo e munições para a população brasileira.

Solicito que sejam convidados:

- Sr. Ministro da Justiça e Cidadania;
- Sr. Ministro da Defesa;
- Sr. Presidente da Associação Nacional do Movimento Pró-Armas;
- Sr. Presidente da Confederação Brasileira de Tiro Prático;
- Sr. CEO da DFA Defense;
- Sr. Thyago Almeida Pignataro – Atleta de tiro desportivo;
- Sr. Rafael Salerno – Jornalista e manejador de javali;

JUSTIFICATIVA

A presente solicitação de audiência pública na Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado da Câmara dos Deputados justifica-se pela necessidade urgente de discutir as propostas de alteração nas legislações e normativas relacionadas ao uso de armas de fogo de repetição ou semiautomáticas. Recentemente





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

foram protocolados por este Deputado Federal, Requerimentos de Indicação que sugerem a elevação do teto energético para a classificação de uso permitido de armas de fogo de porte e a reclassificação de armas portáteis longas de alma raiada semiautomáticas cuja munição comum não atinja, na saída do cano de prova, energia cinética superior a 1.200 (mil e duzentas) libras-pé ou 1.620 (mil seiscentos e vinte) joules.

A primeira razão para a realização desta audiência pública é a adequação das nossas leis aos padrões internacionais. As sugestões visam alinhar a legislação brasileira realidade mundial, permitindo o uso de calibres amplamente aceitos como 9mm, .40 S&W e .45 ACP. Estes calibres são comuns em países com elevados padrões de segurança e a harmonização pode trazer benefícios adicionais em termos de segurança pública e regulamentação, assegurando que o Brasil esteja em conformidade com as práticas internacionais bem-sucedidas.

Em segundo lugar, as alterações propostas incentivariam significativamente o crescimento do tiro desportivo no Brasil. Ao autorizar atiradores de níveis 1 e 2 a possuir e utilizar equipamentos populares mundialmente, promoveríamos a disciplina, responsabilidade e habilidades de segurança entre os praticantes. Além disso, a prática do tiro desportivo tem potencial para gerar benefícios econômicos através do aumento da demanda por equipamentos, serviços e infraestrutura relacionada.

Outro ponto crucial é a questão da segurança pública e o controle de armas. A reclassificação das armas para uso permitido não representa um aumento significativo no risco à segurança pública, uma vez que a aquisição e o uso continuariam sujeitos a rigorosos controles e fiscalização. De fato, a medida pode contribuir para a redução da circulação ilegal de armas, desburocratizando o acesso legal e regulado a armamentos comumente utilizados em outras jurisdições.

As alterações sugeridas também trariam benefícios econômicos e sociais. O estímulo ao tiro desportivo não só promoveria um impacto positivo na sociedade, incentivando comportamentos responsáveis, como também estimularia a economia ao aumentar a demanda por produtos e serviços relacionados a essa prática.





CÂMARA DOS DEPUTADOS

Gabinete do Deputado Federal Marcos Pollon

Por fim, é importante destacar que as propostas buscam uma legislação mais equilibrada, técnica e justa. Elas levam em consideração aspectos técnicos e práticos relevantes, como a intenção de uso, o perfil do usuário e o contexto de segurança pública. A modernização da nossa legislação, portanto, não comprometeria os objetivos de segurança pública estabelecidos, mas sim promoveria um ambiente regulatório mais adaptado às necessidades contemporâneas.

Diante do exposto, a realização de uma audiência pública é essencial para permitir um debate amplo e democrático sobre essas propostas. A participação de especialistas, autoridades, praticantes de tiro desportivo, representantes da indústria e da sociedade civil garantirá uma análise abrangente e informada, essencial para a formulação de uma legislação que equilibre segurança pública, direitos dos cidadãos e desenvolvimento desportivo e econômico.

Diante do exposto, solicito o apoio dos nobres Pares para aprovação deste requerimento e realização de Audiência Pública que dê a este colegiado a oportunidade de debater a matéria com maior profundidade.

Sala da comissão, em 12 de junho de 2024.

Deputado Federal Marcos Pollon

PL-MS

Apresentação: 12/06/2024 11:53:46.587 - CSPCCO

REQ n.195/2024

